

BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ: 33.923.111/0001-29

Relatório da Administração

A Administração da BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste semestre e exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados por meio da leitura do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício e do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. A Administração da Companhia comunica em atendimento à Resolução 4.122/2012, que as operações estão aderentes aos objetivos descritos no plano de negócios e no seu Estatuto.

A Diretoria

São Paulo, 29 de março de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

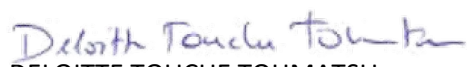
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		<u>11.453</u>	<u>6.000</u>	CIRCULANTE		<u>10.453</u>	<u>2.985</u>
Disponibilidades		11	12	Outras obrigações		<u>10.453</u>	<u>2.985</u>
Títulos e valores mobiliários	4	<u>11.014</u>	<u>5.966</u>	Fiscais e previdenciárias	9	6.327	10
Carteira própria		11.014	5.966	Diversas	10	3.953	2.975
Outros créditos		<u>428</u>	<u>22</u>	Contas a pagar com partes relacionadas	7	173	-
Rendas a receber	5 e 7	-	20				
Imposto a Compensar	5	339	2				
Prêmios de Seguros	5	89	-				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>30.788</u>	<u>26.581</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9	<u>13.143</u>	<u>9.926</u>
Contas a receber de partes relacionadas	7	13.158	9.234	Outras obrigações		<u>13.143</u>	<u>9.926</u>
Depósitos judiciais	9	14.608	14.505	Provisões para contingências		13.143	9.926
Outros créditos - diversos	5	1.117	1.117				
Outros valores e bens	5	1.831	1.725				
Prêmios de Seguros	5	74	-				
PERMANENTE		<u>107</u>	<u>1.777</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	<u>18.752</u>	<u>21.447</u>
Investimentos		42	1.770	Capital social realizado		<u>28.088</u>	<u>28.088</u>
Participação em controlada - Outras participações - MEP	6	-	1.728	De domiciliados no exterior		28.088	28.088
Outros investimentos		42	42	Prejuízos acumulados		(9.336)	(6.641)
Imobilizado de uso	8	<u>65</u>	<u>-</u>				
Imobilizado de uso		232	181				
Depreciação acumulada		(167)	(181)				
Intangível	8	<u>-</u>	<u>7</u>				
Licença de uso de softwares		-	757				
Amortização acumulada		-	(750)				
TOTAL DO ATIVO		<u>42.348</u>	<u>34.358</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>42.348</u>	<u>34.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022 Semestre	31/12/2022 Exercício	31/12/2021 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		566	811	269
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12	566	811	269
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		566	811	269
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.962)	(1.636)	(1.276)
Receitas de prestação de serviços	7 e 13	40	80	100
Resultado de participação em controlada	6	(2)	(46)	(61)
Outras despesas administrativas	14	(1.882)	(2.907)	(1.749)
Despesas provisões fiscais e previdenciárias		(64)	(105)	(83)
Despesas tributárias		(6.469)	(6.790)	(98)
Receita de Variação Monetária - Processo judicial		175	6.624	-
Outras receitas	15	367	1.982	729
Outras despesas	15	(127)	(474)	(114)
RESULTADO OPERACIONAL	16	(7.396)	(825)	(1.007)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		(7.396)	(825)	(1.007)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40	(1.870)	-
PREJUÍZO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		(7.356)	(2.695)	(1.007)
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO		18.423.984	18.423.984	18.423.984
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - Em R\$		(0,40)	(0,15)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022		2021
		Semestre	Exercício	Exercício
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11	<u>(7.356)</u>	<u>(2.695)</u>	<u>(1.007)</u>
Total do resultado abrangente do semestre/exercício		<u>(7.356)</u>	<u>(2.695)</u>	<u>(1.007)</u>
Atribuível aos acionistas da companhia	11	<u>(7.356)</u>	<u>(2.695)</u>	<u>(1.007)</u>
		<u><u>(7.356)</u></u>	<u><u>(2.695)</u></u>	<u><u>(1.007)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social realizado	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(5.634)</u>	<u>22.454</u>
Prejuízo do exercício				<u>(1.007)</u>	<u>(1.007)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	11	<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(6.641)</u>	<u>21.447</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(6.641)</u>	<u>21.447</u>
Prejuízo do exercício	11			<u>(2.695)</u>	<u>(2.695)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(9.336)</u>	<u>18.752</u>
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2022		<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(1.980)</u>	<u>26.108</u>
Prejuízo do Semestre	11			<u>(7.356)</u>	<u>(7.356)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(9.336)</u>	<u>18.752</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	31/12/2022		31/12/2021
	Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício	(7.356)	(2.695)	(1.007)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo do semestre/exercício com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:	1.691	1.735	61
Resultado de participação em controlada	-	-	61
Desinvestimento em participação societária em controlada	1.684	1.728	
Baixa de intangível por alteração de relação contratual	7	7	
Varição de Ativos e passivos	5.737	1.024	949
Aumento (Redução) de títulos e valores mobiliários	(6.288)	(5.048)	2.565
Aumento (Redução) de outros créditos	(65)	(406)	1.934
Redução (Aumento) de outros valores e bens	4.373	(4.207)	(3.741)
Redução de outras obrigações	7.717	10.685	191
Caixa líquido gerado nas atividade operacionais	<u>72</u>	<u>64</u>	<u>3</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(65)	(65)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(65)	(65)	-
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento	<u>(65)</u>	<u>(65)</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>7</u>	<u>(1)</u>	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	12	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	11	11	12
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>7</u>	<u>(1)</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BRKB” ou “DTVM” ou “BRKB DTVM”), está organizada sob a forma de distribuidora de títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução nº 1.120/86 do Banco Central do Brasil – BACEN. Conforme AGE de 27 de dezembro de 2021, sua sede foi transferida da Rua Lauro Muller, 116, salas 2.101, 2.102 e 2.108 - Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, para Cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.261, Ala B, 20º andar, WT Morumbi, Vila Gertrudes.

Em linha com a estratégia global do Grupo Brookfield Brasil, sua controladora indireta, a DTVM oferece serviços de administração de recursos próprios e de terceiros, com especialização na área de gestão financeira. Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora mantém apenas a administração do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby (“Fundo Panamby”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu normas e suas respectivas interpretações e orientações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN, até o presente momento, foram:

- Resolução CMN nº 4.924/21) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil Financeiro (CPC 00 – R2), Mensuração do Valor Justo (CPC 46).
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2).
- Resolução CMN nº 4.818/20 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1) e Evento Subsequente (CPC 24).
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1).
- Resolução CMN nº 4.877/20 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).
- Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1).

- Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27).
- Resolução BCB nº 02/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, bem como não é possível antecipar quais impactos de futuras adoções.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da DTVM. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.
- b) O regime de apuração do resultado é o de competência.
- c) Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- d) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários, os quais estão demonstrados conforme descrito na nota explicativa nº 4.
- e) A carteira própria representa o total de disponibilidade em moeda nacional, utilizado pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- f) O investimento em controlada (nota explicativa nº 6) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado, na rubrica “resultado de participação em controlada”.
- g) A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída mensalmente, com base no lucro real, ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social, quando aplicável, é constituída à alíquota de 16% (vide nota explicativa 15), apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor. O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são calculados com base nas respectivas alíquotas efetivas sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.
- h) O lucro ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.
- i) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos abaixo:
 1. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ativo como praticamente certo, gerando, por conseguinte, gatilho para o respectivo registro contábil.

2. Provisão para processos judiciais: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes - são incertos e não é reconhecida provisão contábil, e, quando classificados como perda possível, estes são divulgados.

j) A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração da Distribuidora se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais e do valor de mercado de determinados ativos e passivos.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de Investimentos não exclusivos (*)	11.014	5.966
Total em Carteira Própria	<u>11.014</u>	<u>5.966</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora possui cotas de um fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco S.A. (Itaú Soberano Renda Fixa Simples de Longo Prazo - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento). O percentual de cotas da Distribuidora neste Fundo em 31 de dezembro de 2022 é de 0,03958% (0,02568% em 31 de dezembro de 2021). A carteira do fundo é formada, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos, lastreada por títulos públicos federais.

5. OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

Abaixo, a composição das rubricas Outros Créditos Diversos e Outros Valores e Bens:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a Recuperar (*)	1.117	1.117
Outros (**)	2.333	1.747
Total	<u>3.450</u>	<u>2.864</u>
Total - Circulante	428	22
Total - Não Circulante	3.022	2.842

- (*) Em 17 de agosto de 2004, a Cyrela Vermont de Investimentos Imobiliários Ltda. (“Cyrela”) e o Banco Brascan (atual BRKB DTVM) firmaram Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra de determinados imóveis integrantes da Gleba C do Loteamento denominado Projeto Urbanístico Panamby (“Setor 07”). Entretanto, considerando que a Distribuidora é proprietária fiduciária dos imóveis e administradora do Fundo Panamby, esta foi arrolada como Ré em 14 (quatorze) Execuções Fiscais movidas pelo município de São Paulo por inadimplência do pagamento de determinadas parcelas de IPTU dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 do Setor 07.

A Distribuidora aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do município de São Paulo, arcando com os pagamentos das referidas parcelas inadimplentes e, por consequência, as referidas execuções fiscais do IPTU foram extintas.

O valor de R\$1.117, em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.117, em 31 de dezembro de 2021), refere-se à parcela de IPTU do exercício de 2017 dos imóveis integrantes da Gleba C do Loteamento denominado Projeto Urbanístico Panamby (“Setor 07”), pago pela Distribuidora na função de proprietária fiduciária dos imóveis e administradora do Fundo Panamby, e prometidos à venda à Cyrela Vermont de Investimentos Imobiliários Ltda. O montante do IPTU de 2017, de R\$1.117, ainda está sem prazo determinado de recebimento pela Distribuidora, estando vinculado à evolução da estratégia de monetização dos ativos do FII Panamby, sendo os períodos subsequentes a serem reembolsados pelo Fundo Panamby.

- (**) O valor nessa rubrica inclui principalmente, o valor de um bem imóvel registrado pelo valor líquido de provisão para perda, em R\$1.831, (R\$1.725 em 31 de dezembro de 2021) adjudicado, em outubro de 2019, como garantia de operações de crédito de um cliente, cuja posse foi obtida em janeiro de 2020 e a propriedade encontra-se em fase de registro. Para fins de registro dos valores de R\$2.240 e da respectiva provisão de R\$410 foram considerados, respectivamente, o laudo de avaliação judicial apenso ao processo de execução e laudo de avaliação contratado pela BRKB em dezembro de 2022. Na avaliação da Administração da BRKB, o valor líquido do imóvel em 31 de dezembro de 2022 é R\$1.831, considerando que o valor do imóvel não sofreu variações relevantes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

O saldo de “Prêmios de Seguros”, no montante total de R\$163 em 31 de dezembro de 2022, corresponde a apólice de responsabilidade para os administradores e diretores (D&O), com vigência entre 31/10/2019 a 31/10/2024. Este seguro foi reconhecido através da incorporação da BRKB Participações I. A apropriação a ser realizada até dezembro/2023 foi classificada no *ativo circulante* e a proporção restante até outubro/2024 foi classificada no *não circulante*.

O valor de R\$339 de impostos a compensar, nesta rubrica de outros créditos, refere-se basicamente aos valores pagos pela estimativa no ano calendário 2022 e os valores a compensar de tributos de anos anteriores que são atualizados pela taxa Selic.

6. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA - OUTRAS PARTICIPAÇÕES - MEP

A participação em controlada está demonstrada abaixo:

Controlada	% Participação	Quant. de cotas	Capital social	Resultado		Patrimônio líquido		Resultado de Equivalência Patrimonial		Participação em controlada	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
BRKB Participações I Ltda.	99.99	2.193.000	2.193	(46)	(61)	-	1.728	(46)	(61)	-	1.728

De acordo com a ata de reunião de sócios realizada em 19 de setembro de 2022, decidiu-se pela incorporação da BRKB Participações I Ltda pela Distribuidora, tendo como base os dados societários de 31 de agosto de 2022 da incorporada. Esta deliberação teve por justificativa a reorganização societária envolvendo o grupo econômico no qual a Distribuidora está inserida, a qual tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e organizacional, a diminuição de custos operacionais e aumento da eficiência econômica. Encaixando-se no conceito de tal processo de reorganização societária, uma vez que o capital social da incorporada é, atualmente, detido em sua ampla maioria pela incorporadora e que a incorporada não realizava qualquer atividade operacional. O quadro a seguir apresenta um resumo dos saldos na data base, os quais foram incorporados na Distribuidora. O Patrimônio Líquido correspondia a R\$1.681 tendo ocorrido a despesa de R\$46 com Resultado de Equivalência com relação a 31/12/2021.

Ressalta-se que o montante de Partes Relacionadas se tratava de um passivo com a própria incorporadora, o qual foi baixado no momento da incorporação não gerando, portanto, nenhum efeito patrimonial.

Ativo		Passivo	
Disponibilidades	1	Partes relacionadas	526
Titulos e valores mobiliários	326	Provisão para contingências	1.369
Depósitos judiciais	3.039	Patrimônio líquido	1.682
Outros ativos de longo prazo	212		
Total do Ativo	<u>3.577</u>	Total do Passivo	<u>3.577</u>

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos</u>		
Energia Sustentável FIP Multiestratégia	-	20
Ativos Circulante	-	20
Fundo Panamby (a)	13.158	9.234
Ativo Não Circulante	13.158	9.234
Total dos Ativos	<u>13.158</u>	<u>9.254</u>
<u>Passivos</u>		
Brookfield Brasil Ltda (b)	173	-
Passivos Circulante	173	-
Total dos Passivos	<u>173</u>	<u>-</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Cedar FIP Multiestratégia	20	20
Jupiter FIP	-	20
Energia Sustentável FIP Multiestratégia	40	40
Sunrise FIP Multiestratégia	-	20
Novo Investimento II FIP Multiestratégia	20	-
Total de Receitas (c)	<u>80</u>	<u>100</u>
Despesas		-
Brookfield Brasil Ltda. (b)	<u>173</u>	-
Total de Despesas	<u>173</u>	-

- (a) A Distribuidora possuía, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$13.158 a título de valores a receber do Fundo Panamby (R\$9.234 em 31 de dezembro de 2021), sendo: R\$2.168 referentes às despesas com IPTU incorridas com o Loteamento Setor 07 do Fundo Panamby a serem reembolsadas pelo referido fundo no contexto do projeto de realização dos terrenos em curso, conforme comentado na nota explicativa nº 5, pagos até março de 2021; e R\$10.990 referente às demais despesas operacionais, incluindo IPTU, de responsabilidade do Fundo Panamby, que também serão reembolsados pelo Fundo e passaram a ser pagos pela BRKB a partir de abril de 2020.
- (b) Provisionado o montante de R\$173 em contas de partes relacionadas com Brookfield Brasil Ltda., correspondente a despesas com auditoria interna do exercício de 2022, a serem reembolsadas no período seguinte.
- (c) No escopo de serviços prestados a partes relacionadas, além da Administração dos fundos, quando demandada, a Distribuidora também realiza a distribuição de cotas de Fundos de Investimentos em Participações do Grupo. Neste exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Distribuidora auferiu R\$80 de receita desta natureza (R\$100 em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2021, sendo fixada a remuneração global anual de R\$400 (R\$400 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imobilizado de uso	232	181
Depreciação acumulada	<u>(167)</u>	<u>(181)</u>
Valor Residual	<u>65</u>	<u>-</u>
Licença de uso de softwares	-	757
Amortização acumulada	-	(750)
Valor Residual (*)	-	7

- (*) Baixa de intangível em 31/12/2022, por alteração de relação contratual com o fornecedor para uso de licença de software.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores das provisões e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Provisões Fiscais e Previdenciárias		Depósitos Judiciais	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL (a)	1.965	-	1.965	4.701
Interposição Rec. Trabalhistas	856	774	652	652
PIS (a) e (b)	1.444	1.279	1.444	1.279
COFINS (a) e (b)	8.878	7.873	8.878	7.873
ISS-RJ (c)	6.308	-	1.669	-
Outras Obrigações Legais	19	10	-	-
Total	19.470	9.936	14.608	14.505
Passivo Circulante	6.327	10	-	-
Passivo Não Circulante	13.143	9.926	14.608	14.505
	19.470	9.936	14.608	14.505

- a) Em 2003, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) renegociou dois contratos de operações de crédito, que gerou um prejuízo no montante de R\$15.620. Consequentemente, reduziu-se naquela data a base fiscal de CS e IR. Em janeiro de 2004, a BRKB impetrou um Mandado de Segurança visando resguardar seu direito à manutenção da dedução fiscal efetuada em 2003. Foi concedida liminar em antecipação da tutela recursal, porém, durante o primeiro trimestre de 2007, esta foi cassada e o antigo Banco Brascan, proativamente, efetuou depósitos judiciais no valor total de R\$4.701, em 15 de fevereiro de 2007. Face à edição da Súmula 139 do CARF, a Fazenda Nacional reconheceu a procedência do pedido nos autos do Mandado de Segurança. Em maio de 2022, o STJ decidiu então pela homologação do reconhecimento da procedência do pedido, extinguindo o processo com julgamento do mérito.

Ainda no primeiro semestre de 2022, a BRKB DTVM reconheceu no seu resultado os efeitos desta decisão favorável, inclusive provisionando os tributos diferidos incidentes sobre a atualização deste depósito judicial. Em agosto de 2022 a referida decisão transitou em julgado, o que ensejou a baixa e arquivamento do processo e levantou-se os depósitos efetuados pela Distribuidora.

Na data de 9 de setembro de 2022 houve a remuneração efetiva sobre o ganho da causa na proporção líquida de R\$11.302 sendo: R\$4.701 baixado de depósito judicial e R\$6.601 referentes a atualização de juros Selic pela correção do período.

Em 14 de outubro de 2022 a BRKB impetrou perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro – 10ª Vara Federal, Mandado de Segurança contra eventual ato arbitrário e ilegal praticado pelo Ilmo. Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro - DRF I, ou quem de direito o substitua, a fim de assegurar seu direito líquido e certo de não sujeitar à incidência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS e a correção monetária e juros de mora calculados com base na variação da SELIC ou qualquer outro índice utilizado na atualização de indébitos tributários de qualquer ente federativo computados que já foi ou está prestes a ser ressarcido pela impetrante, quer por meio de levantamento de depósito judicial e/ou extrajudicial, expedição de precatório, compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, ou, ainda, via restituição administrativa.

No sentido de evitar futuras autuações por parte da Receita Federal, a Administração da BRKB decidiu proativamente realizar o depósito judicial dos tributos. Dessa forma, foi classificado no Ativo e no Passivo esses montantes, gerando o mesmo efeito líquido até que haja a decisão judicial definitiva.

- b) Em 2006, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) impetrou um mandado de segurança a respeito da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS efetuando depósitos judiciais até janeiro de 2015 (fato gerador dezembro de 2014) e provisionando integralmente os valores não recolhidos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado de PIS e COFINS são de R\$1.397 e R\$8.591 respectivamente, aguardando nessa data a decisão do Supremo Tribunal Federal. O aumento ocorrido no período refere-se ao saldo incorporado que a BRKB Participações I possuía, correspondente a mesma natureza de discussão.
- c) Em 14 de dezembro de 2017, o Município do Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal (EF) para exigir da BRKB Participações I Ltda. supostos débitos de ISS de competência de janeiro de 2000 a fevereiro de 2004 sobre rendas de corretagem em operações de BM&F, rendas de serviços de custódia e rendas de outros serviços.

A Distribuidora opôs os embargos à execução fiscal alegando, em síntese que (i) o Município do Rio de Janeiro não teria competência para cobrança do ISS relativo ao período de janeiro de 2000 a fevereiro de 2003, porquanto nesse período a sede da BRKB Participações I Ltda. estava localizada no Município de São Paulo, que era o órgão competente para cobrança dos débitos no período durante a vigência do Decreto-Lei 406/68, (ii) há coisa julgada afastando a incidência do ISS sobre as “Rendas de corretagem de operação em B3”, (iii) a intermediação, corretagem e agenciamento no âmbito da B3 são títulos de valores mobiliários e, no caso, foram prestados por instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e, pois, expressamente excluídos da tributação pelos itens nº 44, 46 e 48 do DL 406/68 e (iv) o ISS não incide sobre os *Serviços de Custódia* prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, como era o caso da entidade.

Em 10 de fevereiro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os embargos à execução fiscal e contra essa sentença a BRKB Participações I Ltda. interpôs recurso de apelação. Com efeito, ainda em 2021, foi publicado o Decreto nº 50.032 pelo Município do Rio de Janeiro, regulamentando a transação de créditos da Fazenda Pública Municipal de natureza tributária, inscritos ou não em dívida ativa (Leis nº 5.966/2015 e 7.000/2021). Nesse passo, a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (“PGM-RJ”) indagou o interesse da BRKB sobre a inclusão dos débitos na referida transação.

Em acordo com a PGM-RJ, houve a negociação de quitação da cobrança com o valor total do débito de R\$17.564 com a proposta de aplicação de desconto de R\$11.263 e líquido de R\$6.308 atualizado até dezembro, para pagamento no período seguinte (vide nota explicativa nº 21 – Evento Subsequente). Em que pese a probabilidade de perda original ter sido avaliada como possível, a BRKB decidiu por aceitar o acordo em questão para dar celeridade no processo, evitando outros custos relacionados ao andamento nas esferas de competência.

Conforme o informado no contrato com o escritório que patrocina a causa, são devidos honorários de 4% sobre a economia gerada nos autos do processo (R\$451) provisionados na rubrica de “Outras despesas administrativas” (nota explicativa nº 10).

Abaixo, segue a movimentação das provisões fiscais e previdenciárias:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	9.936	9.846
Adições (*)	10.082	236
Baixas/Reversões	<u>(548)</u>	<u>(146)</u>
Total	<u>19.470</u>	<u>9.936</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Final de provisões fiscais e previdenciárias	13.143	9.926
Saldo Final de provisões fiscais e previdenciárias - não judiciais	<u>6.327</u>	<u>10</u>
Total	<u>19.470</u>	<u>9.936</u>

(*) do total de adições, aproximadamente R\$1.4 milhão é relacionado à incorporação da BRKB Participações I Ltda.

As baixas e reversões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são representadas, basicamente por liquidações de impostos correntes (PIS/COFINS, ISS, IR retidos etc.) e pela incorporação do saldo herdado da BRKB Participações I, que possuía o controle de mesma natureza em seu balanço.

As causas passivas avaliadas como perdas possíveis possuem valores estimados conforme tabela abaixo, separada por natureza:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>R\$</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>R\$</u>
Cível	9	2.623	10	2.901
Tributário	20	19.567	21	30.466
Total	<u>29</u>	<u>22.191</u>	<u>31</u>	<u>33.367</u>

As principais ações classificadas como perda possíveis da BRKB estão descritas a seguir:

- Em 2011, o antigo Banco Brascan recebeu termo de encerramento de procedimento fiscal em relação ao INSS de período fiscalizado de 2007. A Receita Federal do Brasil cobra, neste termo, a quantia atualizada, para 31 de dezembro de 2022, de R\$1.246 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2021), a título de INSS, parte patronal, incidentes sobre a parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em 2011, foi impetrada defesa administrativa junto à Receita Federal do Brasil. A discussão principal tornou-se definitiva na esfera administrativa desfavoravelmente à BRKB e, desde então, não houve qualquer manifestação ou intimação da Receita Federal do Brasil nesse sentido. Não obstante, em 31 de dezembro de 2022, a Administração permanece com o entendimento de que quando este processo for levado à juízo, as chances de êxito são favoráveis à Distribuidora, pois há precedentes do Superior Tribunal de Justiça favorável à tese sustentada na defesa.

- Desde 2012, por meio de processo administrativo, a BRKB litiga com a Secretaria da Receita Federal em relação a compensações de créditos fiscais formalizados por pedidos eletrônicos, por meio da manifestação de inconformidade apresentada em face do Despacho Decisório que deixou de compensar o crédito utilizado e indeferiu integralmente as compensações de débitos de IRRF pleiteadas, por considerar inexistentes os referidos créditos fiscais. O montante do risco atualizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$5.086 (R\$4.625 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, aguarda-se a decisão da Secretaria da Receita Federal.
- Em dezembro 2016, foi lavrado, pela Secretaria da Receita Federal, contra a Distribuidora um auto de infração. Trata-se da glosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa referente a despesas dedutíveis de honorários advocatícios, originando uma redução indevida do IRPJ e da CSLL no valor de R\$2.903 no ano-calendário 2011. Os valores envolvidos neste processo não importam em contingência de tributo a ser adimplido, motivo pelo qual o valor atualizado do passivo não se altera. Tendo em vista a decisão desfavorável em primeira instância administrativa, em 31 de dezembro de 2022, aguarda-se a decisão do recurso apresentado pela Distribuidora junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
- Em fevereiro de 2020, por maioria de votos, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF decidiu pela anulação das decisões favoráveis ao antigo Banco Brascan em dois processos administrativos relativos à cobrança de IRPJ, CSLL e IRF, nos valores históricos de R\$77.900, R\$29.000 e R\$49.800, respectivamente, em operações financeiras realizadas nos anos de 1998 e 1999. A referida decisão foi objeto de recurso pela BRKB perante o Conselho Superior de Recursos Fiscais - CSRF. Se mantida a decisão, os dois processos administrativos serão submetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF para novo julgamento. Não obstante, a Administração possui o entendimento de que as decisões originais do ponto de vista tributário foram corretas e espera que uma nova decisão, na hipótese de novo julgamento, seja mais uma vez favorável.
- Em dezembro de 2008 foi proposta ação visando pagamento de indenização pela Brascan S.A. Corretora de Títulos e Valores (antiga denominação da incorporada BRKB Participações I Ltda.) à FUNCEF referente a perdas e danos por prejuízos suportados pela entidade em operações com contratos futuros, entre dezembro de 1995 e 1998, e pelas baixas taxas de devoluções de corretagens auferidas. O valor recalculado e atualizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$1.466 (R\$1.389 em 31 de dezembro de 2021).

Existem determinadas ações judiciais em que a BRKB figura no polo ativo de natureza cíveis e tributárias, nas quais a probabilidade de ganho é provável. Não é possível determinar com precisão os valores envolvidos nestas ações, que representam potencial ganho em favor da Distribuidora, pois não se espera a recuperação integral do crédito em discussão devido à própria natureza dos referidos processos, além das expectativas de ganhos de determinadas causas ativas não serem consideradas, até a presente data, como praticamente certas. Sendo assim, o montante dos ativos correspondentes ainda não foi contabilizado nas demonstrações financeiras da BRKB. Dentre essas ações judiciais, a BRKB obteve sucesso na penhora de determinados ativos que foram levados a leilão e cujos recursos provenientes ainda não são determináveis devido aos custos que ainda serão descontados como parte do processo de recuperação desses ativos, incluindo eventuais dívidas pré-existentes.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a pagar a ex-cotistas de clubes encerrados (a)	3.409	2.939
Outras despesas administrativas	537	30
Outros	<u>7</u>	<u>6</u>
Total	<u>3.953</u>	<u>2.975</u>
Passivo circulante	3.953	2.975
Passivo não circulante	-	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$3.409 (R\$2.939 em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao saldo remanescente dos Clubes de Investimentos extintos, disponibilizado para saque pelos seus cotistas, administrados pela BRKB DTVM (atual denominação do Banco Brascan S.A.).

A seguir, a movimentação de valores a pagar a ex-cotistas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	2.939	2.736
Resgates	3	-
Atualização monetária passiva	<u>467</u>	<u>203</u>
Total	<u>3.409</u>	<u>2.939</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 18.423.984 ações, sendo 9.211.992 ações ordinárias e 9.211.992 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
BBFH LLC	9.211.992	9.211.991
Brookfield Brazil Ltd.	-	1

As ações preferenciais participam com 10% a mais que as ordinárias nas distribuições de dividendos, os quais poderão ser declarados à conta Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros, com base nos resultados anuais ou semestrais, a critério da Diretoria. É assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária, em cada exercício a todas as ações. A Administração pode optar pelo pagamento de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios.

12. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	566	811	269
	<u>566</u>	<u>811</u>	<u>269</u>

13. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Comissões: distribuição, colocação intermediação e coordenação	40	80	100
Total	<u>40</u>	<u>80</u>	<u>100</u>

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Aluguéis	(15)	(22)	(115)
Serviços Técnicos Especializados	(1.217)	(1.715)	(558)
Processamento de Dados	(484)	(858)	(678)
Depreciações e amortizações	(8)	(8)	-
Comunicações	(3)	(5)	(6)
Serviços de Terceiros	(35)	(36)	(127)
Serviços Sistema Financeiro	(83)	(182)	(259)
Seguros	(30)	(30)	-
Anuidades	-	(38)	-
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartórios	(2)	(7)	(3)
Multas Não Dedutíveis	(2)	(2)	-
Outras Despesas Administrativas	(3)	(4)	(3)
Total	<u>(1.882)</u>	<u>(2.907)</u>	<u>(1.749)</u>

15. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

a. Outras receitas

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de crédito (*)	20	20	333
Variação monetária ativa (**)	34	34	393
Outras (***)	313	1.928	3
Total	<u>367</u>	<u>1.982</u>	<u>729</u>

(*) Durante o exercício de 2022, o valor de R\$20, refere-se a créditos realizados oriundos de processo de recuperação de operações de crédito do antigo Banco Brascan.

(**) A variação monetária ativa, corresponde a atualização de tributos a compensar em soma com a atualização do depósito de ISS da ação 520/88 (nota explicativa nº 9), herdada da incorporada BRKB Participações I.

(***) Dentre este montante, o valor de R\$1.600 ocorrida no exercício de 2022 refere-se à indenização recebida relacionada à apólice de seguros em defesa dos executivos da BRKB em processos fiscais, cuja despesa foi provisionada e paga pela Distribuidora em 2019. Tal valor só foi reconhecido no resultado da DTVM quando se tornou um ganho praticamente certo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Outras despesas

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
<u>Outras despesas administrativas</u>			
Atualização monetária passiva (*)	(127)	(474)	(114)
Total	<u>(127)</u>	<u>(474)</u>	<u>(114)</u>

(*) Atualização monetária de valores a pagar a cotistas de clubes extintos.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Apresentamos, abaixo, a reconciliação entre o imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(825)	(1.007)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	41%	40%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de legislação	<u>338</u>	<u>403</u>
 Ajustes Permanentes:		
Resultado de Participação em controlada	(19)	(25)
 Ajustes Temporários:		
Provisões fiscais e previdenciárias	-	(33)
Outros ajustes	15	-
Ajuste contingência processo judicial (Nota 9.a)	(2.204)	-
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	-	133
(Débito) crédito de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.870)</u>	<u>478</u>
 Créditos tributários não constituídos	-	(478)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.870)</u>	<u>-</u>

O montante acumulado dos créditos tributários não constituídos dada a ausência de expectativa futura de receitas tributáveis, provenientes de base negativa de Contribuição Social e Prejuízo fiscal de Imposto de Renda, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$14.365 (R\$12.241 em 31 de dezembro de 2021) e R\$13.844 (R\$12.422 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

A Medida Provisória 1.115/2022 (convertida para a Lei 14.446/2022), alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Instituições Financeiras em geral. No caso das Distribuidoras de Títulos e Valores a alíquota passou de 15% para 16% de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e retornará para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

17. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora é administradora de um fundo de investimento imobiliário.

18. CONTROLE DE RISCO E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) Risco de Crédito

Fundamentado na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, o risco de crédito da Distribuidora está ligado à gestão dos limites de risco aceitáveis de capital, de precificação e de gerenciamento da carteira de uma instituição financeira e neste contexto, o risco de crédito da mesma se mantém mitigado, visto que estamos posicionados em aplicações financeiras em um fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú, cuja carteira está lastreada em títulos públicos de renda fixa do Governo Federal.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de crédito pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

b) Risco de Mercado

A Distribuidora gerencia e monitora o Risco de Mercado de suas operações utilizando metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional. O Risco de Mercado é definido como o risco decorrente de variações de preços e taxas nos mercados de Taxas de Juros, Ações, Câmbio e “Commodities”.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de mercado pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

c) Risco de Liquidez

A liquidez da carteira própria da Distribuidora é monitorada pela Distribuidora com o objetivo de que sejam adequados os fluxos de caixa futuros e eventuais necessidades de resgates de títulos da carteira própria.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de liquidez pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

d) Risco Operacional

A Distribuidora exerce a gestão do Risco Operacional de suas atividades conforme determinam os normativos emitidos pelos órgãos reguladores do mercado financeiro do Brasil.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos inerentes às atividades da BRKB.

Para fins de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), correspondente ao Risco Operacional (RWAOPAD), foi adotada a metodologia de abordagem do indicador básico.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão de Risco Operacional pode ser encontrado no site da Distribuidora.

e) Gerenciamento de Capital

Nos termos da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Banco Central do Brasil, a abordagem de gerenciamento de capital é orientada pelas estratégias e necessidades organizacionais da Distribuidora, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e o ambiente comercial em que ela opera. Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita. O planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a Distribuidora mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é evidenciada em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual e pode ser encontrada na sede da Distribuidora.

19. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do BACEN. Desde o exercício de 2017, a Distribuidora calcula os limites operacionais, individualmente, pois em 19 de junho de 2017, o Banco Central do Brasil, aprovou o pedido de cancelamento da sua empresa ligada, Brascan Cia. Hipotecária que era a única empresa em que se consolidava os limites operacionais.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 8% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

Em 31 de dezembro de 2022, baseados nos cálculos do conglomerado prudencial, a situação da Distribuidora com relação ao índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PEPR - Total dos ativos ponderados pelo risco	3.387	2.747
POPR - Risco Operacional	<u>66</u>	<u>119</u>
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>3.453</u>	<u>2.866</u>
Cálculo do patrimônio líquido exigido:		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PR - Patrimônio Referência (resolução 4.192/13)	18.752	21.440
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>(3.453)</u>	<u>(2.866)</u>
Situação (margem)	<u>15.299</u>	<u>18.574</u>

20. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o exercício de 2022 e 2021, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Prejuízo	(7.356)	(2.695)	(1.007)
<u>Resultados não recorrentes (*)</u>	<u>95</u>	<u>1.703</u>	<u>561</u>
Receita financeira s/ reembolso IPTU	-	-	387
Receita de recuperação de imóvel s/ operações de crédito	-	-	333
Receita financeira de imóvel recuperado s/ operações de crédito	20	20	3
Receita de recuperação de sinistro	-	1.600	-
Receita de reversão de provisão "impairment" - imóvel	90	105	-
Despesas condominiais de imóveis recuperado s/ ops. crédito	(15)	(22)	(89)
Comissão leiloeiro de imóvel retomado s/ ops. crédito	-	-	(21)
Despesas IPTU imóvel retomado s/ ops. de crédito	-	-	(52)
<u>Resultados recorrentes (**)</u>	<u>(7.451)</u>	<u>(4.398)</u>	<u>(1.568)</u>

(*) No exercício de 2022 a BRKB apresentou lucro de R\$1.703 (R\$561 em 31 de dezembro de 2021) de resultados não recorrentes com ênfase para: **(i)** quantia de R\$1.600 de recuperação de sinistro (nota explicativa nº 15).

(**) No exercício de 2022 a BRKB apresentou prejuízo de R\$4.398 (R\$1.568 em 31 de dezembro de 2021) de resultados recorrentes com ênfase para: **(i)** Receita financeira de levantamento de depósito judicial de IRPJ em R\$6.600 (nota explicativa nº 9 **(ii)** despesa com execução fiscal ISS-RJ R\$6.308 (nota explicativa nº 9); e **(iii)** provisão de tributos diferidos conforme o mandado de segurança impetrado em outubro de 2022 R\$2.020 (nota explicativa nº 9.a).

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 6 de fevereiro de 2023 foi publicado o termo de apuração de consulta formal aos cotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, único fundo administrado pela BRKB DTVM. O objeto de tal consulta formal versava, substancialmente, sobre a substituição da DTVM como administrador fiduciário do fundo pelo Banco Genial S.A., tendo sido tal substituição aprovada de acordo com os termos previstos no regulamento do Fundo. Como consequência de tal substituição, a DTVM deixa de ser o administrador fiduciário do Fundo e transfere suas atividades relacionadas a controladoria e outros temas processuais ao Banco Genial. Excetuado o pagamento de honorários de administração a serem pagos pela DTVM ao Banco Genial, não há outros impactos contábeis oriundos dessa transação.

Conforme a nota explicativa 9, em 15 de fevereiro de 2023, a BRKB DTVM quitou à vista, a guia de ISS nº 2023/0028996, referente a Execução Fiscal nº 0320373-78.2017.8.19.0001, do débito objeto da transação tributária (Auto de Infração 51.103 - CDA 10/196.846/2015 – 01 e 02), correspondente ao período de 2000 a 2004 em face da controlada BRKB Participações I, antiga Brascan Corretora de Título e Valores, na importância de R\$6.308.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para a emissão em 29 de março de 2023.

João Pagano de Carvalho – Diretor

Patrícia Fernandes Caseira – Diretora

Rogério Camilo de Lima – Contador - CRC nº RJ 059660/O